

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO N.º , DE 2008 (Do Sr. Deputado Chico Alencar)

Solicita realização de Audiência Pública com a presença do Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro e demais convidados para discutir a política de segurança do Estado do Rio de Janeiro e os recentes dados reveladores da alta letalidade da ação policial.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Reunião de Audiência Pública para discutir a política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, que, sob o escopo legal de atos de resistência – supostos confrontos com a polícia – tem registrado a morte de centenas de pessoas, inclusive crianças e jovens inocentes.

Sugerimos que sejam convidados, além do Secretário, autoridades estaduais, representantes de movimentos sociais, parentes de vítimas e jornalistas responsáveis pela matéria do jornal O GLOBO, intitulada **Máquina Mortífera**.

Convidados:

Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Presidente do ISP (Instituto de Segurança Pública) do Rio de Janeiro.

Deputado Estadual Marcelo Freixo, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Ministério Público Estadual.

Corregedoria Geral Unificada (CGU) da Polícia Militar e Polícia Civil.

Parentes de vítimas.

Movimentos sociais.

Justificação

A análise da polêmica ação da polícia fluminense tem sido objeto de iniciativas dessa Comissão, que precisam ter continuidade. Ao longo do ano passado fui designado para representar

este colegiado parlamentar em atividades de acompanhamento das ações das forças de segurança pública nas comunidades do Rio de Janeiro.

As questões expressas em relatório entregue à Comissão, no ano passado, refletem uma política de confronto que tem vitimado centenas de pessoas.

A matéria do Jornal O GLOBO, do último dia 9 de março, assinada por Antônio Werneck e Sérgio Ramalho, sob o título *Máquina Mortífera*, dimensiona a gravidade da situação com dados estarrecedores, tais como: *“Uma análise dos autos de resistência - mortes em supostos confrontos com policiais - registrados de janeiro a setembro de 2007 no Rio revela que a PM fluminense matou 1.245 pessoas, 327,8% mais do que a paulista, responsável por 291 casos no mesmo período”*.

Quanto a comparação da taxa de mortos por grupo de mil policiais, o estado do Rio, onde a tropa tem 38,5 mil homens, apresenta um índice de 32,3 casos. *“Isso é quase dez vezes mais que a taxa registrada em São Paulo - 3,5 -, onde a corporação conta com 84,3 mil integrantes. Nos primeiros nove meses do ano passado, a Polícia Civil do Rio, com um quadro de 10,3 mil homens, contabilizou 42 mortes em supostos confrontos, o que dá uma taxa de 4,1 casos para cada grupo de mil agentes. Em São Paulo, onde a corporação conta com 39,3 mil policiais, foram registrados 19 casos (uma taxa de 0,5)”*, conclui.

A Polícia Civil, cuja atribuição é o trabalho judiciário, também participa dos desmandos. Juntando-se à Polícia Militar totalizam 1.287 mortes de pessoas, entre janeiro e setembro de 2007. O que resulta em uma média de nove casos a cada dois dias. *“O aumento no número de mortes em supostos confrontos no Rio fica ainda mais evidente na comparação dos registros de janeiro a setembro de 2007 com os do mesmo período do ano anterior, quando foram contabilizados 807 casos - um crescimento de 59,4%”*.

Segundo o deputado Marcelo Freixo (PSOL), na mesma matéria: *“O auto de resistência é um instrumento que legitima em muitos casos a execução de inocentes. É inadmissível a concepção de que a ação letal da polícia represente segurança para a comunidade – os autos de resistência mascaram a prática da execução sumária.”*

Integrante da rede Movimentos Contra a Violência, Márcia de Oliveira Jacinto destaca a dificuldade encontrada por parentes de vítimas inocentes da ação policial para conseguir identificar e punir os envolvidos nos crimes. Ela teve um filho barbaramente assassinado em 21 de novembro de 2002, com um tiro no coração. Segundo a matéria, *“apesar da morte instantânea, o corpo do adolescente foi levado ao Hospital Salgado Filho, no Méier. Márcia, então, iniciou uma investigação com o auxílio de moradores que ficaram revoltados com o crime. Hanry não tinha qualquer relação com o tráfico”*. O caso do adolescente é citado em relatórios da Anistia Internacional e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Confiante de que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manterá seu compromisso com a Justiça e o fim da impunidade, solicito a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de março de 2008.

Chico Alencar

Deputado Federal PSOL/RJ